

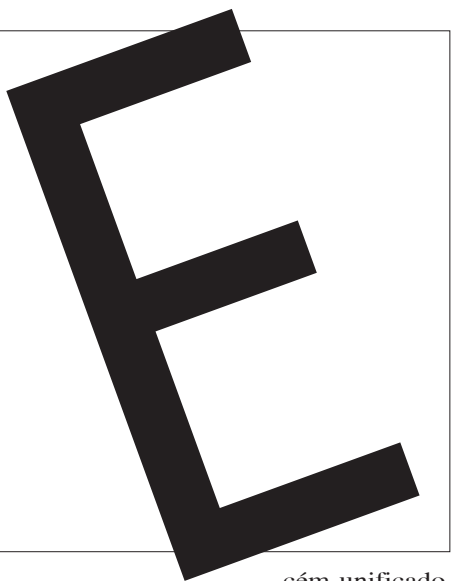
# Fé, trabalho e família:

a construção  
das memórias  
entre  
descendentes  
de imigrantes  
italianos

MARIA CATARINA CHITOLINA ZANINI

MARIA CATARINA  
CHITOLINA ZANINI  
é professora da  
Universidade Federal de  
Santa Maria (RS).

Este artigo foi originalmente apresentado no XXIV Congresso Internacional de Americanística, na mesa Imigrações Italianas, coordenada pelo prof. João Baptista Borges Pereira, em agosto de 2002, na cidade de São Paulo.



ra o ano de 1877 quando os primeiros emigrados italianos rumavam para a colônia Silveira Martins, na região central do estado do Rio Grande do Sul. Quais condições estavam deixando e para quais confrontos se dirigiam aqueles homens e mulheres, jovens e idosos? A Itália do final do século XIX era um Estado re-

cém-unificado, onde o capitalismo como modo de produção se expandia e os avanços tecnológicos provocados pela Revolução Industrial se faziam sentir na Europa como um todo, fosse no plano econômico, político, social ou cultural. Enfim, partiam de uma sociedade em mudança que se apresentava de forma adversa para eles, na tentativa de, em terras estrangeiras, construir uma nova condição de vida e também manter vigente uma determinada ordem moral que parecia querer estremecer-se naquela Itália que deixavam (Grosselli, 1987; Alvim, 1986).

Como se processou a ruptura de determinada condição de vida, de vínculos afetivos e identitários para outra na qual se tornariam imigrantes em terra estrangeira? Deu-se com pesar, segundo os relatos existentes do período. Ao partirem da Itália, muitos sabiam que poderiam não mais retornar, especialmente os idosos. A travessia era, para

eles, uma viagem definitiva. Despediam-se das casas, dos lugares, das paisagens, dos conhecidos e parentes e, nas embarcações, no distanciamento dos portos italianos, já se configurava uma nova realidade. Ali, naqueles navios, italianos de regiões distintas, falantes de dialetos distintos, observavam-se na mesma condição: a de emigrados. E, em termos identitários, sentiam-se um pouco mais italianos do que na própria Itália, onde se consideravam primordialmente habitantes de um *paese* e falantes de dialetos específicos. Algo os tornava semelhantes naquela empreitada, e nisso eram solidários uns com os outros.

Sobre os primeiros contatos dos emigrados com o Novo Mundo, há relatos nas memórias dos emigrados Julio Lorenzoni e Andrea Pozzobon, publicadas no século XX por seus descendentes. Segundo Lorenzoni (1975), ali mesmo, nos navios, entre homens falantes de tantos dialetos, tornava-se difícil compreender a todos. No meio da balbúrdia, o que predominava era o sentimento da *partenza*, comum a todos.

Como era o Brasil em finais do século XIX? Quando os primeiros imigrantes chegaram, na década de 70 daquele século, a República ainda não havia sido proclamada e a escravidão ainda existia. Enfim, a experiência migratória provocava encontros de mundos, de seres humanos e destes com uma natureza nova, que o emigrado iria, aos poucos, conhecer e transformar. Muitos dos emigrados italianos naquele período foram direcionados para o sul do país a fim de guardar fronteiras e dinamizar as economias locais de alguma forma. A terra, concebida como espaço vazio, à espera da domesticação civilizadora, e o ambicioso imigrante, apto a dela extrair riqueza. Era a década de 70 do século XIX e as condições de hospedagem e transporte em solo brasileiro não eram das melhores. Após alguns meses de espera, os lotes foram distribuídos, a preços distintos, conforme a localização, se urbana ou rural ou se composta de terrenos mais ou menos acidentados. Já no início do processo colonizador na Colônia de Silveira Martins, muitos descendentes rumaram para a área urbana da cidade de Santa Maria

desenvolvendo atividades de comércio e serviços. Alguns, nas primeiras décadas em terras brasileiras, já haviam se tornado proprietários e indivíduos bem colocados socialmente. Através do processo de “descida da serra”, das colônias para o centro urbano de Santa Maria, muitos descendentes almejavam ascender socialmente<sup>1</sup>. Na publicação do primeiro cinquentenário da colonização italiana no estado, em 1925, os colonos são apresentados como fazedores de riqueza e homens progressivos. Os frutos de seu trabalho também são apresentados à exaustão. Sempre ressaltadas as dificuldades e os louros advindos da persistência do homem latino. Os números da produtividade tinham como objetivo demonstrar que o colonizador produzia riqueza e que vivia bem no Brasil. Seja nas atividades agrícolas ou urbanas, o homem latino civilizava, domesticava a paisagem e triunfava pela sua forma peculiar de organização social, baseada no trabalho familiar, na autoridade paterna e na moral cristã. Além do trabalho, através do qual amealhavam riqueza, essa publicação mostrava o fervor religioso dos italianos, tementes a Deus, o que criava, acerca daqueles homens, uma representação como seres dóceis e abnegados, índole que era apreciada pelas autoridades nacionais. Agricultores, pouco envolvidos em assuntos de política, trabalhadores e ambiciosos, esse era o retrato ideal do imigrante italiano. Da mesma forma, em terras brasileiras, os colonos haviam se transformado em *signori*, ou seja, proprietários e esse era um anseio de muitas gerações que fora possibilitado pela emigração para a América. Se na Itália os emigrantes eram considerados pelos patrões como indivíduos que procuravam riqueza fácil (Gandini, 2000), no Brasil construirão acerca de si mesmos e para si mesmos a imagem do homem que se faz e que enriquece com o suor de seu corpo. Corpo este disciplinado e extenuado aos limites, de geração em geração.

A convivência pacífica entre brasileiros, imigrantes italianos e suas descendências se dará até os acontecimentos relativos à Segunda Guerra Mundial, quando passam a ser considerados inimigos da nação bra-



sileira. No ano de 1942, o Brasil declara guerra ao Eixo formado pela Alemanha, Itália e Japão e os ânimos se acirram. Os países do Eixo se encontravam de um lado das batalhas e os países aliados do outro, o que, em termos contrastivos, tornava os italianos e seus descendentes habitantes no Brasil inimigos potenciais também. Era como se italianidade e fascismo fossem sinônimos<sup>2</sup>. É importante salientar que a campanha nacionalizadora levada a cabo durante o Estado Novo (1937-45) já apresentava os imigrantes (em geral) e as colônias de estrangeiros como “quistos” e lugares perigosos à construção da brasilidade. Aliás, os descendentes de imigrantes, de uma forma geral, eram tratados como “perigos” nacionais. A hostilidade oriunda do governo brasileiro para com os estrangeiros fazia com que a sociedade civil também se sentisse à vontade para reprimi-los. Em verdade, muitos sentimentos anteriores aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial tiveram oportunidade de se expressar naquele momento de tensão. Em algumas situações ocorridas poderia se visualizar uma verdadeira luta de classes que se manifestava naquele “clima de guerra”, quando provocações aos italianos ricos da cidade eram toleradas pelas autoridades policiais como se fossem atos de patriotismo. Casas comerciais foram saqueadas, residências de profissionais liberais invadidas, objetos familiares jogados na praça central da cidade,

1 Essa “descida” era uma tentativa de ascensão social, uma vez que, para alguns, já no início do processo colonizador, Santa Maria se mostrou mais interessante economicamente do que a própria colônia. Esse processo de “descida” ocorreu no passado e ocorre contemporaneamente também. Muitos descendentes procuram emprego em Santa Maria, uma vez que as propriedades se tornaram pequenas para sustentar mais do que uma ou duas famílias nucleares. Alguns trabalham durante o dia em Santa Maria e retornam para suas casas à noite. Os jovens, igualmente, rumam para Santa Maria a fim de estudar, uma vez que é a única cidade da região a possuir universidade pública.

2 O mesmo se dava quanto aos descendentes de alemães. Era como se as categorias alemão e nazista quisessem expressar a mesma coisa.

pequenas indústrias tiveram suas máquinas destruídas, hotéis foram dilapidados. Esses fatos foram interpretados pela imprensa local como manifestação de patriotismo da população que reprimia os descendentes de italianos e alemães, considerados quintacolonistas.

Na década de 40, durante e após os acontecimentos relativos à Segunda Guerra Mundial, ocorre um processo que denomino de “varredura cultural”, quando os descendentes, por receio de perseguições e represálias, começam, eles mesmos, a destruir elementos que denotassem sua ascendência italiana. Móveis, documentos, livros, roupas, fotografias, quadros, orações, enfim, tudo o que pudesse comprometer e delatá-los como estrangeiros era destruído. Muitas famílias fizeram fogueiras, outras enterraram seus pertences em covas na expectativa de um dia poder retirá-los de lá. Outras esconderam bens em porões, galpões e mesmo em tronco de árvores. Essa varredura provocou uma autodestruição que ia além da materialidade dos pertences. Ela se expandia ao apego às coisas italianas.

As prisões ocorriam e eram noticiadas no jornal local *A Razão* a fim de que servissem de exemplo aos demais descendentes de imigrantes, fossem italianos, alemães, poloneses ou outros. Nas colônias, o policiamento era permanente<sup>3</sup>. Vizinhos com relações difíceis se tornavam delatores, pais tornavam-se repressores de filhos, filhos, de seus pais, e irmãos, de irmãos. Como a autoridade paterna entre os descendentes era muito forte, foram os pais que executaram a repressão nos domínios domésticos, receosos de que seus filhos sofressem represálias ou que não tivessem oportunidades de ascender socialmente. Proíbiam-nos de falar o italiano, fosse nos domínios domésticos ou públicos. Por sua vez, eram os filhos que iam à escola os responsáveis por efetuar a transição dos domínios do mundo que, em verdade, já era ítalo-brasileiro para o mundo brasileiro proposto pelo Estado Novo. Essas crianças traziam noções de história, geografia e a língua portuguesa para dentro dos domínios domésticos. Em sua maioria eram filhos homens, a quem

os pais permitiam que estudassem. Foram algumas dessas crianças que começaram a solicitar dos genitores que não falassem mais os dialetos em casa.

O Estado Novo, através de suas legislações nacionalizadoras, havia proibido o uso público da língua italiana, a sociabilidade dos descendentes também se comprometera. Para aqueles moradores das colônias, a vida se restringira aos domínios da roça e da casa e, em situações de necessidade, quando precisavam ir ao comércio, solicitavam as mercadorias através de sinais, bilhetes ou tentavam, da forma como conseguiam, expressar-se no que entendiam ser a língua “brasileira”. A frequência aos cultos religiosos também diminuiu, pois temiam ser reprimidos caso manifestassem sua fé na língua de origem, uma vez que os rituais deveriam ser praticados em língua portuguesa, que muitos não entendiam. Os idosos, segundo as narrativas coletadas em minha pesquisa de campo, foram aqueles que mais sentiram o processo repressivo, pois pouco interesse e capacidade tinham de aprender outra língua em tão pouco tempo, e como não sabiam se manifestar de outra forma que não seus dialetos de origem, eram confinados ao mundo doméstico. Muitos sofreram agressões e reprimendas por parte de autoridades policiais, o que era tido como um sinal de humilhação, coisa que fazia com que menor vontade tivessem de se expor publicamente.

O processo de “varredura cultural” provocou um abasileiramento que, nas décadas sucessivas, fez com que os descendentes sentissem vergonha das origens italianas e colonas, pois ser colono era designativo de rudeza, grosseria e pouca civilidade. Se os pioneiros haviam sido civilizadores, os colonos, após o incremento industrialista no país, tornavam-se símbolo de atraso. Dessa forma, conforme os interesses e possibilidades, a brasilidade após o Estado Novo foi auto-atribuída como um designativo positivo, coisa que antes não era. O brasileiro, no imaginário dos pioneiros e colonizadores, era concebido como preguiçoso, de pouca fé e pouco apegado à família e ao trabalho. Contudo, após esse período repressivo,

3 O policiamento constante foi uma prática adotada em quase todas as colônias habitadas por descendentes de imigrantes no estado.



auto-atribuíam-se brasilidade, não como referência cultural, mas sim à terra, considerada prodigiosa, bela e produtiva. Ser brasileiro era ser nascido na terra brasileira que os havia tornado proprietários, ostentadores de uma mesa farta e de uma família que ainda permanecia trabalhando unida e cultivando valores cristãos.

Após os festejos da comemoração do primeiro centenário de colonização italiana no estado, em 1975, começa a haver todo um resgate da cultura italiana. Muitos descendentes já haviam adquirido visibilidade social e econômica e desejavam também fazer valer sua ascendência diferenciada no contexto regional e nacional. Em Santa Maria, no ano de 1985, é criada a primeira entidade que visa a reavivar a italianidade. Trata-se da Sociedade Giuseppe Verdi, inicialmente uma associação cultural que objetivava ensinar a língua e o canto italianos. Os fundadores eram, em sua maioria, membros das classes médias e altas locais, pessoas possuidoras de um determinado capital cultural e econômico que, através de experiências adquiridas no contato com descendentes de outras localidades, observavam que faltava à região uma valorização da cultura e de formas de expressão italianas. Em 1990, após desentendimentos e rupturas, cria-se, como desdobramento da Giuseppe Verdi, a Associação Italiana de Santa Maria que, a partir de então, promoverá a revivificação da italianidade em Santa Maria de uma forma mais extensiva. Atualmente, além da Associação Italiana, há a Agência Consular Italiana e os Circolos Lombardo, Vicentino, Veneto, da Emigliaromana, Friulano e o Trentino. Aliado ao trabalho dessas entidades, dois religiosos desempenharam (e ainda desempenham) um papel muito importante na revitalização da identidade étnica italiana em nível local: os padres Marcuzzo e Luisinho Sponchiado. O primeiro mantém o Museu do Imigrante, situado em Vale Vêneto, localidade considerada a capital religiosa da IV Colônia de Imigração Italiana<sup>4</sup>, e o segundo criou o Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, referência regional para quem deseja investigar seu histórico familiar.

4 A Colônia Imperial de Silveira Martins teria sido a quarta na ordem de criação no estado. Atualmente, a denominação IV Colônia congrega turisticamentenove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polesine e Silveira Martins.

O processo que denomino de “memórias em construção” se refere à reconstrução das histórias familiares e grupais. Quando iniciei a pesquisa junto a descendentes de imigrantes italianos em Santa Maria, no ano de 1997, observei que muitas famílias estavam empenhadas em reconstruir suas trajetórias, especialmente do emigrado italiano até às suas próprias gerações. Algumas dessas famílias visavam a obter cidadania italiana e outras o estavam fazendo como uma forma de deixar aos filhos e netos um legado observado como “patrimônio familiar”. Ou seja, saber de onde provinham seus antepassados, o que faziam, onde haviam morado e por que haviam migrado para a América transformara-se numa forma de culto ao passado e aos ancestrais. Contudo, observei que, além de cultuarem os ancestrais, faziam um investimento de tempo e de recursos financeiros para desvendar suas raízes e históricos como forma de se autovalorizar também. Essa autovalorização pode ser compreendida como uma autovalorização social, bem como pessoal, no sentido de que, ao responderem às perguntas sobre o passado familiar, construam, sobre si mesmos e para si mesmos, uma trajetória reconhecida socialmente como de sucesso. Não só o emigrado e emigrante pioneiro tornava-se herói, mas o descendente atual, como pertencente ao grupo e à família, tornava-se um ser distinto socialmente, alguém de quem se poderia esperar determinadas virtudes também. Ou seja, valorizava-se também. Em entrevistas realizadas com descendentes após o retorno de viagens à Itália, era impressionante ouvir as reconstruções das histórias familiares. Muitos haviam estado nas localidades onde habitavam os antepassados, procurado por parentes, investigado em cartórios e descoberto as casas onde estes habitaram. Essas casas, nas narrativas, tornavam-se simbolicamente algo muito forte e marcante que, a partir daquele momento, representava um ponto de referência das histórias familiares e pessoais. Desvendar como viviam, o que plantavam e a parentela ainda existente era algo que lhes trazia enorme prazer e

satisfação. Inclusive, para aqueles que não haviam sido bem recebidos pelos parentes existentes na Itália, o lugar e as coisas relativas aos antepassados continuavam impregnados de *mana*<sup>5</sup>, de uma força mágica que deles exalava. Os parentes atuais, a Itália atual, mesmo fria e impessoal, não importava, o que importava, e de onde retiravam forças para manter viva a noção de pertencimento, era a Itália que cultivavam no Brasil.

O padre Luisinho Sponchiado possui, no Centro de Pesquisas Genealógicas, uma pasta com dados da maior parte das famílias que migraram para a IV Colônia em finais do século XIX e início do século XX. Em cada pasta há documentos, dados e fotos que o religioso e seus assistentes arquivam até os dias de hoje. Quando fui entrevistá-lo, o padre quis que eu conhecesse a pasta da família Zanini, de meu marido. Ali estavam dados completos dos diferentes emigrados com esse sobrenome e suas descendências em terras brasileiras. Eu mesma forneci dados para que ele chegasse até à geração de meu filho, que na época estava com três anos. Nessa pasta estavam também fotos que o religioso recortava dos jornais locais a fim de somar referências novas aos dados do passado. Surpreendi-me com o acervo, tamanha a quantidade de informações que possuía, e o zelo com que era tratado pelo religioso. Igualmente, há livros que possuem registro dos dados dos emigrados, como, por exemplo: de qual navio partiram da Itália, quando partiram, quantos membros familiares eram, a idade destes, onde aportaram e um pouco do itinerário dos emigrados já em terras brasileiras. O religioso obteve esses dados através de pesquisa por ele efetuada nos arquivos históricos de Porto Alegre e Rio de Janeiro (entre outros), em paróquias e cartórios fazendo gravações e anotações que posteriormente repassava aos livros do Centro.

As memórias construídas a partir das pesquisas ou da leitura de livros que muitas famílias têm escrito sobre suas genealogias ou sobre a história dos lugares refazem toda uma rede de referência no

5 O mana, segundo Mauss (1974, p. 138), não é simplesmente uma força, um ser, mas também uma ação, uma qualidade e um estado. É ele que dá valor às coisas e às pessoas, valor esse, mágico, religioso ou social.

interior dos domínios domésticos. Muitos descendentes, ao desvendarem suas origens familiares, começam a investir na partilha dessas informações nos domínios domésticos, tornando-as memórias familiares. A essas informações agregam-se aquelas guardadas pelos membros mais velhos, tornados guardiões das memórias, e também por reapropriações coletivas e pessoais acerca dos fatos. São efetuados encontros de famílias que chegam à soma de centenas de descendentes e outros de forma mais restrita que agregam somente famílias nucleares em duas ou três gerações. Nesses momentos rituais, através de toda uma exaltação das virtudes étnicas, há um acréscimo da auto-estima grupal e individual também. Pode-se dizer, de certa forma, que ocorre uma partilha de onde o indivíduo retira forças para enfrentar as adversidades cotidianas.

Nessas reconstruções, além da influência de agentes e de descendentes legitimados socialmente, econômica e politicamente, há a força dos estereótipos televisivos. Quando efetuava a pesquisa de campo, entre os anos de 1999 e 2000, a Rede Globo de televisão exibia a novela *Terra Nostra*, que havia mostrado em seus primeiros capítulos cenas da travessia dos pioneiros imigrantes do século XIX. A memória, dessa forma, como uma obra, no sentido bachelardiano (Bachelard, 1994), é uma reconstrução constante, patrocinada e permitida pela partilha. Concorro com Halbwachs (1990) quando alerta que a memória se torna coletiva à medida que é partilhada e que só sobrevivem os acontecimentos que possuem força de socialização, ou seja, que continuam a ser partilhados e que, através da troca, refazem-se. A memória é uma reconstrução permanente e que necessita ser constantemente atualizada. Além disso, como bem observa Halbwachs (1990, p. 51), toda memória individual é um ponto de vista particular sobre a história coletiva, e esse ponto de vista muda conforme o lugar que se ocupa e esse lugar também muda conforme as relações que se mantêm com outros meios. Ou seja, as memórias são compostas de

elementos sociais e fazem sentido quando compartilhadas. E é através dessa partilha que se fortalecem vínculos, papéis e identidades sociais.

Muitos dos elementos invocados contemporaneamente como tradicionais dos imigrantes italianos se enquadram naquilo que Hobsbawn (1987, p. 9) denomina de “tradições inventadas”<sup>6</sup>. Igualmente, o “tempo dos antigos” assume uma conotação valorativa que representa simbolicamente a passagem da condição de um tempo passado para um tempo mais presente, marcado por uma situação em que novos elementos culturais, da sociedade regional e nacional, interagem. O tempo dos antigos, contudo, não é um tempo fixo historicamente, é antes um tempo demarcador de condições existenciais. Para alguns descendentes, o “tempo dos antigos” era o tempo dos pioneiros, para outros era o tempo dos avós, colonos, e para outros, em especial migrantes do campo para a cidade, o mundo dos antigos era o mundo de seus próprios pais, camponeses e presos a uma determinada ordem moral e simbólica que se distanciava da sua, como membros das classes médias urbanas. Ou seja, o “tempo dos antigos” ou o tempo dos novos são construções demarcadoras de ordens de mundos e de formas de vida. Em suma, é um marco existencial e de auto-referência.

Nas construções da ítalo-brasilidade, a travessia e o processo colonizador, observado este como o momento enraizador do imigrante em terra brasileira, possuem uma força simbólica extremamente significativa. O pioneiro, desbravador das matas, fazedor de cultura, é o herói civilizador. Herói este que é também um mártir. Ele domesticou a natureza, venceu a si mesmo, seus medos, nostalgias, ressentimentos e deve se tornar um exemplo para as gerações sucessivas. No processo de atualização do mito de origem e da noção de pertencimento italiano, o passado assume a forma de *locus* da origem. Neste, há a liberdade para se traçar a trajetória de pertencimento familiar e grupal conforme as gerações contemporâneas o desejarem fazer.

6 Por “tradições inventadas” compreende-se, segundo Hobsbawn (1997, p. 9), “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam a inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

## ITALIANIDADE NO CONTEXTO TRANSNACIONAL DO SÉCULO XXI

O que significa ser ítalo-brasileiro contemporaneamente e por que se reivindica pertencimento à origem italiana? Para os descendentes pesquisados, ser ítalo-brasileiro é ter nascido em terras brasileiras, compartilhar de símbolos nacionais brasileiros, mas possuir uma origem diferenciada do brasileiro genérico. Em suma, significa se sentir parte de uma comunidade imaginada (Anderson, 1983)<sup>7</sup> italiana que partilha de determinados valores e sentimentos. A Itália real, industrial e capitalista, nesse aspecto, apresenta menor importância do que a Itália que possuem em seus imaginários, mais camponesa. Muitos dos descendentes, quando de minha pesquisa, já haviam viajado para a Itália e lá haviam se sentido mais brasileiros que italianos. Isso porque consideraram os italianos impessoais, frios e muito preocupados com a vida profissional em detrimento das relações pessoais e de parentesco. A Itália que possui força e da qual extraem sentido e sentimento é a Itália construída através das memórias em solo brasileiro. Além disso, apesar de serem descendentes, muitos foram tratados como estrangeiros na terra de seus antepassados, o que os desgostou, mas não lhes subtraiu o sentimento de pertencimento à Itália que cultivam aqui, ou seja, a terra de origem dos antepassados.

Outra característica que torna a Itália real menos interessante do que aquela cultivada nas memórias e imaginários é a comida. Para os descendentes que lá estiveram, a Itália é um país onde se come pouco e mal. Terra onde se come bem e fartamente é o Brasil. Em minha compreensão, essas representações advêm do processo de enraizamento dos imigrantes em terra brasileira, quando a comida transformou-se num elemento fundamental que transformou aqueles camponeses pobres e que comiam muito mal na Europa em colonos italianos proprietários que, na América, comiam com fartura e qualidade. O alimento e a preparação des-

te, trabalho cultural, desempenharam um papel muito importante na auto-imagem que aqueles colonos construíram sobre si mesmos e que transmitiram entre as gerações de descendentes, ou seja, de gente produtiva e bem-alimentada. A comida, tomada como símbolo cultural, para além de representar tradições originárias ou autênticas, representa negociações do encontro entre mundos. Foi através das tentativas de sobrevivência e enriquecimento em terras estrangeiras que aqueles primeiros imigrantes somaram, aos cultivos que conheciam na Itália, aqueles dos nativos, reelaborando e redimensionando técnicas, sabores e aromas. O que hoje é localmente e regionalmente reconhecido como comida italiana em muitas circunstâncias não são pratos conhecidos na Itália. Enfim, trata-se de reelaborações que, ao longo de mais de um século de convívio, foram introduzidas e reapropriadas como pertencentes ao grupo. Seria o caso do galetto, da polenta frita ou das massas com carnes. Contudo, penso que o relevante nesse jogo identitário seja observar como localmente os sinais diacríticos demarcadores das culturas funcionam e são legitimados.

Autodenominar-se ítalo-brasileiro hoje representa, também, possuir uma identidade culturalmente diferenciada no contexto da sociedade regional e nacional. E mais do que isso: essa identidade possui todo um histórico que é reconhecido como de sucesso e de empreendedorismo. Compreendo essa reivindicação como uma forma de negociar, num mercado de bens simbólicos (Bourdieu, 1987, p. 297), determinada valoração que, a partir da representação coletiva sobre o grupo, agrega-se ao indivíduo descendente. Dessa forma, a reivindicação de uma identidade étnica faz parte também de negociações de interesses pelas quais indivíduos desejam visibilizar-se socialmente como pertencentes a tal estirpe. Contudo, não reside só aí. Observo que o investimento que muitos indivíduos e famílias têm feito na reconstrução de suas trajetórias familiares necessita de um olhar mais atento que vá além da negociação de interesses que se expressam no plano social, econômico ou

<sup>7</sup> Para Anderson (1983), a nação torna-se imaginada pelo fato de que não se pode ter um conhecimento concreto da totalidade de seus membros, mas mesmo assim estes sentem-se imaginariamente pertencentes a ela e partilhando de elementos comuns da vida coletiva.



político. Penso que, através da reconstrução de uma trajetória, esses indivíduos estabelecem, para si mesmos, formas de expressão e de auto-encontro (Sennet, 1998) em que, através da trajetória positiva do grupo, aumentam sua auto-estima, uma vez que se reconhecem como integrantes de uma coletividade corajosa, progressista, ordeira e trabalhadora. Além disso, como observa Featherstone (1995, p. 19), no âmbito da cultura de consumo contemporânea<sup>8</sup>, ser possuidor de um determinado estilo de vida conota individualidade, auto-expressão e uma consciência de si estilizada. Ou seja, não se é mais um cidadão genérico, mas sim particularizado, estilizado. Como observado pelo próprio autor, o triunfo da cultura da representação resulta num mundo simulacional, no qual a proliferação dos signos e imagens aboliu a distinção entre o real e o imaginário (Featherstone, 1995, p. 122).

Compreendo igualmente que a forma como muitos descendentes têm reivindicado e experimentado seu pertencimento leva a observar, através do trato que é dado aos elementos da cultura ancestral, uma nova forma de relação com o sagrado, de onde os descendentes extraem força e guias para a ação. O passado, aquele que é atualizado no presente, torna-se fonte de sacralidade. Os objetos antigos, as narrativas, a história familiar (real ou imaginária), os próprios ancestrais são transformados em seres sagrados, em emblemas do grupo. Nesse modo de se relacionar com as origens, muitos descendentes encontram uma nova forma de relação com o mundo de onde extraem prazer. Assim, composto desses novos elementos, para muitos, o mundo reencanta-se. É nas origens que se descobre muito de si, do meio, e o que não foi descoberto deve ser construído e reinterpretado à luz dos desejos pessoais. Pois no campo<sup>9</sup> da etnicidade, há espaço para manifestações repletas de sentimentos, e os indivíduos, através das reconstruções de suas trajetórias, encontram liberdade para se expressarem livremente. O passado, do qual as origens são recriadas, refaz-se a cada nova leitura que dele se elabora. Isso é legítimo? Penso que sim, na medida em que, nesse campo, o

que importa é observar como as fronteiras são traçadas e até que ponto são reconhecidas como legítimas entre iguais, bem como entre os diferentes.

Em minha pesquisa, mais do que desvendar se os elementos históricos reivindicados eram “verdadeiros” ou não, preocupava-me com o porquê de determinados acontecimentos terem permanecido vivos nas memórias e de que forma aqueles descendentes compreendiam que deveriam ser repassados a mim como pesquisadora ou às diferentes gerações no interior de suas famílias. Para melhor penetrar na dinâmica das reivindicações de pertencimento, convivi mais estreitamente com algumas famílias, a fim de que, através da confiança que se estabelecia com o convívio, pudesse melhor compartilhar dessa troca. Esses indivíduos, membros de determinada classe social, gênero, faixa etária, manipulavam muitas identidades, e perceber qual o peso das reivindicações étnicas em suas vidas foi muito gratificante para mim. Para os jovens entrevistados, a Itália, além de ser a “terra dos antigos”, representava oportunidades de estudo e de emprego. Seus pais e avós possuíam vínculos mais sentimentais com a terra dos antepassados. Entre os descendentes entrevistados, aqueles acima dos 40 anos, que já possuíam família e uma situação econômica estável no Brasil, não havia o desejo de morar na Itália. Os jovens, seus filhos, contudo, pensavam em, temporariamente, conhecer e trabalhar por lá. Apesar de algumas más notícias sobre tratamento pessoal de jovens ítalo-brasileiros que foram em convênios e intercâmbios, a vontade era conhecer e usufruir da cidadania italiana, para aqueles que a possuíam ou desejavam possuí-la. Muitos desses jovens, mesmo sabendo que nessa aventura teriam de trabalhar em ocupações que os italianos não queriam mais executar e que, muitos, mesmo tendo curso superior, exerceriam atividades menos especializadas, entendiam a ida à Itália como uma forma de adquirir experiência pessoal e voltar mais bem qualificados para o Brasil. A terra onde estavam suas raízes era o Brasil, a Itália cultivada era aquela que fazia sentido a

8 Consumo compreendido, como o próprio Featherstone (1995, p. 122) ressalta, não apenas como consumo de valores de uso, de utilidades materiais, mas primordialmente de signos.

9 Utilizo a noção de campo conforme Bourdieu (1983, p. 89), para quem os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) e, para que funcionem, é necessário que haja objetos de disputa e indivíduos prontos para disputar o jogo, “dotados de hábitos que impliquem o conhecimento e reconhecimento das leis iminentes do jogo, dos objetos de disputa, etc.”

partir daqui e não aquela encontrada na concretude. Da mesma forma, aqueles que lá permaneceram algum tempo, não reconheciam nos italianos contemporâneos seus iguais e nem eram reconhecidos por aqueles como membros legítimos da comunidade italiana. Apesar de observarem muitas características similares, classificavam o italiano contemporâneo como frio,

impessoal e que eles, como os brasileiros, eram mais sociáveis, carinhosos e expansivos. A Itália se tornou a terra boa para trabalhar e não para morar. Essa é, em suma, a dinâmica da ítalo-brasilidade, ou seja, ela faz sentido aqui, em terras brasileiras, como demarcadora de pertencimento e estilo de vida. Fora daqui, na Itália, são brasileiros preferencialmente.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, Zuleika. *Brava Gente! Os Italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- ANCARANI, Umberto. *Monografia sobre a Origem da Ex-colônia Italiana de Silveira Martins 1877-1914 Santa Maria,* in *Revista Comemorativa do Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria-RS 1814-1914 São Paulo, 1914.*
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London, Verso, 1983.
- BACHELARD, Gaston. *A Dialética da Duração*. São Paulo, Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Lições de Aula*. São Paulo, Ática, 1994.
- CINQUANTENARI *Odella Colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud 1875-1925, Opera pubblicata in occasione delle feste commemorative*. Roma, 1925.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- GANDINI, Marco. *Questione Sociale ed Emigrazione nel Mantovano 1873-1896*. Mantova, Associazione Mantovani nel mondo, Sometti, 2000.
- GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencerou Morrer. Camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas Florestas Brasileiras*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- LORENZONI, Julio. *Memórias de um Imigrante Italiano*. Porto Alegre, Sulina, 1975.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Vol 1. São Paulo, EPU, 1974.
- POZZOBON, Zolá Franco. *Uma Odisséia na América*. Caxias do Sul, Educs, 1997.
- SENNET, Richard. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

**arquivo**